

SECRETARIA MUNICIPAL DE IBIRUBÁ
PROTOCOLO GERAL
N.º 719/2018
Para: atacadista
Data: 13/03/18
Assinatura: [assinatura]
Protocolo

PREGÃO PRESENCIAL PMI009-2018

Objeto: Registro de Preços para a Aquisição de Gêneros Alimentícios destinados à merenda escolar, com quantidades estimadas para o primeiro semestre letivo de 2018.

GABRIEL MULLER FELIX EIRELI, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ-MF nº 14.904.244/0001-03, estabelecida à RST 287 KM 158 + 600 METROS, Centro, em Novo Cabrais-RS – CEP 96.545-000, telefone (51) 3616-5073 – 98608-0722, email: atacadista.felix@yahoo.com.br, por seu representante legal infra assinado, vem, com fulcro no § 2º, do art. 41, da Lei nº 8666/93 e item 10 do Edital de PREGÃO PRESENCIAL PMI009-2018, interpor

IMPUGNAÇÃO AO EDITAL DE LICITAÇÃO,

pelas razões de fato e direito abaixo aduzidas:

DOS FATOS

Foi publicado o Edital do PREGÃO PRESENCIAL PMI009-2018, Tipo Menor Preço cotação global por lote, pelo Município de Ibirubá/RS, com a realização do referido certame no dia 20/03/2018, às 09 horas na Sala de Reuniões da Comissão Permanente de Licitações, tendo o respectivo Pregão o objeto de Registro de Preços para a Aquisição de Gêneros Alimentícios destinados à merenda escolar, com quantidades estimadas para o primeiro semestre letivo de 2018.

Analisando as disposições do edital, verificam-se algumas inconsistências a serem sanadas. O edital deixa de destinar o LOTE 02 para participação exclusiva de ME/EPP (valor inferior a R\$ 80mil). Além disso, o edital deixa de apresentar exigência de Alvará Sanitário do veículo a ser utilizado no transporte dos gêneros alimentícios, necessário para o correto cumprimento do contrato/ata de registro de preços, necessárias e imprescindível à legalidade do certame, inobservando a legislação pertinente em vigor.

Da mesma forma, o edital possui vícios quanto ao valor de referência apurado pelo Município e constante no Anexo I do edital conforme veremos a seguir.

Diante dos fatos, deve ser analisada a respectiva impugnação tempestiva do edital publicado pela Administração Pública Municipal, conforme será demonstrado adiante.

[assinatura]

DO DIREITO

1. LOTE COM VALOR INFERIOR A R\$ 80.000,00 – PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA ME/EPP

O lote 02 do anexo I do edital, possui valor de referência inferior a R\$ 80.000,00, desta forma tal lote deverá ser destinado a participação exclusiva de ME/EPP.

A partir da entrada em vigor das alterações promovidas pela Lei Complementar nº 147/14 na Lei Complementar nº 123/06, tornou-se obrigatória para a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios, realização de processo licitatório destinado exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte nos itens de contratação cujo valor seja de até R\$ 80.000,00 (art. 48, inc. I).

Nas licitações cujo objeto seja um lote (conjunto de bens e serviços) composto por diversos itens, cada lote colocado em disputa corresponde a um item de contratação. Nesses casos, o licitante interessado em contratar com a Administração deverá formular proposta para a contratação do lote na sua integralidade, não comportando falar na adjudicação isolada e individual de itens que compõem esse lote.

Sendo assim, nas licitações processadas por lotes, para efeito de aplicação da medida prevista no inc. I do art. 48 da Lei Complementar nº 123/06, cada lote colocado em disputa constitui um item de contratação, devendo ser tomado em consideração o valor deste lote e não o valor individual dos bens ou serviços que o compõem.

É nesse sentido que se forma a orientação constante do Decreto nº 8.538/15, que regulamenta o tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte no âmbito da administração pública federal e que entrará em vigor no dia 05 de janeiro de 2016, revogando o Decreto nº 6.204/07 que atualmente trata do tema:

"Art. 6º Os órgãos e as entidades contratantes deverão realizar processo licitatório destinado exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte nos itens ou lotes de licitação cujo valor seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais)".

Art. 9º Para aplicação dos benefícios previstos nos arts. 6º a 8º:

1 - será considerado, para efeitos dos limites de valor estabelecidos, cada item separadamente ou, nas licitações por preço global, o valor estimado para o grupo ou o lote da licitação que deve ser considerado como um único item; e"

Porquanto, em licitações processadas por lotes compostos por diversos itens, mas cuja adjudicação se dará ao licitante que ofertar o menor preço global para o lote, a avaliação do valor de R\$ 80.000,00 para a realização de licitação exclusiva para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, conforme determina do art. 48, inc. I da Lei Complementar nº 123/06, deverá ser feita em relação ao valor estimado do lote como um todo e não em relação ao valor estimado dos itens que o compõem.

Assim, fica claro que mesmo sendo lote global, se o valor do mesmo não ultrapassa os R\$ 80 mil deverá ser destinado a participação exclusiva de ME/EPP.

2. DA NECESSIDADE DE ALVARÁ PARA TRANSPORTE - A SER EXIGIDO POR OCASIÃO DA ASSINATURA DO CONTRATO/ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

A exigência de Alvará para Transporte de gêneros alimentícios, é cláusula manifestamente necessária e de extrema importância para o correto e legal cumprimento do contrato de acordo com a legislação vigente que rege a matéria, e que desta forma, deve presidir toda e qualquer licitação.

A contratação de particulares, por parte da Administração Pública, é sempre uma atividade complexa, pois, em regra, enfrenta-se uma situação em que há interesses contrapostos entre a contratada e a contratante. A primeira visa ao lucro, ao passo que a segunda almeja a boa execução do objeto contratual. Em licitações do tipo menor preço, um importante desafio impõe-se perante o gestor: conseguir atrair licitantes qualificados e que ofertem os valores mais baixos.

Os órgãos da Administração Pública tentam assegurar a qualidade por meio de uma descrição detalhada do objeto, bem como pela exigência de certos requisitos de qualificação técnica como condição de habilitação dos licitantes ou como condição para assinatura do Contrato/Ata de registro de Preços, visando a segurança contratual e assim evitando prejuízos à Administração.

Para isso, é imperioso que o instrumento convocatório em exame exija para fins de qualificação técnica, a apresentação de:

- Alvará Sanitário do veículo utilizado para o transporte dos gêneros alimentícios, expedido pela Secretaria Municipal da Saúde, dentro de seu período de validade, conforme legislação vigente. Caso a empresa vencedora opte pela terceirização do serviço de entrega dos produtos, deverá ser apresentado o respectivo documento solicitado no item acima, da empresa terceirizada e respectivo documento firmando a terceirização da entrega.

Tais exigências têm o intuito de compatibilizar a segurança da Administração na boa execução contratual, tendo em vista o objeto da licitação.

Há que se exigir Alvará da vigilância sanitária em atenção a Lei 9782/99; vejamos:

"Art. 8º Incumbe à Agência, respeitada a legislação em vigor, regulamentar, controlar e fiscalizar os produtos e serviços que envolvam risco à saúde pública.
§1º Consideram-se bens e produtos submetidos ao controle e fiscalização sanitária pela agência: (...)

II - alimentos, inclusive bebidas, águas envasadas, seus insumos, suas embalagens, aditivos alimentares, limites de contaminantes orgânicos, resíduos de agrotóxicos e de medicamentos veterinários;

§2º (...)

§3º Sem prejuízo do disposto nos §§1º e 2º deste artigo, submetem-se ao regime de vigilância sanitária as instalações físicas, equipamentos, tecnologias, ambientes e procedimentos envolvidos em todas as fases dos processos de produção dos bens e produtos submetidos ao controle e fiscalização sanitária, incluindo a destinação dos respectivos resíduos. (...)"



Acrescente-se que cumpre ainda pautar-se pela Portaria SVS/MS nº. 326, de 30 de julho de 1997, quanto ao local e transporte de alimentos. A Portaria SVS/MS nº. 326, de 30 de julho de 1997 aprova o Regulamento Técnico; "Condições Higiênicas-Sanitárias e de Boas Práticas de Fabricação para Estabelecimentos Produtores/Industrializadores de Alimentos", conforme Anexo I e Resolução da ANVISA nº. 216, DE 15 DE Setembro de 2004, que dispõe sobre Regulamento Técnico de Boas Práticas para Serviços de Alimentação.

4 – PRINCÍPIOS GERAIS HIGIÊNICO-SANITÁRIOS DAS MATÉRIAS PARA ALIMENTOS PRODUZIDOS/INDUSTRIALIZADOS (...)

4.7 – Transporte

4.7.1 – Meios de transporte: Os meios de transporte de alimentos colhidos, transformados ou semi-processados dos locais de produção ou armazenamento devem ser adequados para o fim a que se destinam e constituídos de materiais que permitam o controle de conservação, da limpeza, desinfecção e desinfecção fácil e completa.

A apresentação de *Alvará Sanitário do veículo utilizado para o transporte dos gêneros alimentícios*, refere-se de exigência decorrente do fato de o objeto da Licitação Pregão Presencial nº 147/2017 contemplar produtos de origem animal.

Os municípios ao disporem sobre seus respectivos Códigos de Saúde devem exigir dos estabelecimentos sujeitos ao seu controle sanitário o cumprimento de condições sanitárias vigentes para o transporte de alimentos, em conformidade com o estabelecido pela PORTARIA SVS/MS nº 326, de 30/07/1997, que aprova o Regulamento Técnico; Condições Higiênicas Sanitárias e de Boas Práticas de Fabricação para Estabelecimentos Produtores / Industrializadores de Alimentos, observando, em especial, o estabelecido pelo subitem 8.2.2 do seu Anexo I, in verbis:

"8.2.2. - Os veículos de transportes pertencentes ao estabelecimento produtor de alimento ou por contratado devem atender as boas práticas de transporte de alimentos autorizados pelo órgão competente. Os veículos de transporte devem realizar as operações de carga e descarga fora dos locais de fabricação dos alimentos, devendo ser evitada a contaminação dos mesmos e do ar por gases de combustão. Os veículos destinados ao transporte de alimentos refrigerados ou congelados devem possuir instrumentos de controle que permitam verificar a umidade, caso seja necessário e a manutenção da temperatura adequada."

Da mesma forma, deve-se observar as normas vigentes que regulamentam a produção e a comercialização de alimentos de origem animal, especialmente a Lei Federal 1.283/1950, o Decreto Federal 30.691/1952, a Lei Federal 7.889/1989, a Lei Estadual 6.503/1972, o Decreto Estadual 23.430/1974 e suas atualizações, notadamente as realizadas por meio do Decreto Estadual 53.304/2016, a Lei Estadual 10.691/1996, o Decreto Estadual 39.688/1999 e Portaria SES-RS Nº 66 DE 26/01/2017 e Portaria SES-RS Nº 146 DE 23/03/2017.

Sabe-se que Alimentos perecíveis são todos aqueles que têm alta quantidade de água e nutrientes e





- empresa C: R\$ 6,30

- empresa D: R\$ 4,49

Foi simplesmente utilizado no edital o Menor valor do orçamento: R\$ 3,98, o que pode trazer sérios riscos a administração, inclusive com relação a participação, pois não deixa de restringir. O que deveria ter sido feito, seria a MÉDIA, ou seja, soma dos valores e após divisão pela quantidade de cotações recebidas, o que no caso citado daria um preço médio de R\$ 4,93 (ou até ser excluído o orçamento mais alto para não inflar o valor, resultando numa media de R\$ 4,48 que também poderia ser considerado praticamente o valor da mediana). Esta é a maneira correta de se apurar o preço médio, ou seja, de mercado, pois caso contrário não se está fazendo uma media e sim pegando um menor valor. E se a empresa errou na cotação ou cotou produto inferior? Usando o menor preço tsignifica algo temerário.

Nesse contexto, a pesquisa prévia de preços configura-se como uma das mais importantes ferramentas das licitações públicas. O art. 40, §2º, da Lei 8.666/93, assim dispõe sobre o tema:

Art. 40 - O edital conterá no preâmbulo o número de ordem em série anual, o nome da repartição interessada e de seu setor, a modalidade, o regime de execução e o tipo da licitação, a menção de que será regida por esta Lei, o local, dia e hora para recebimento da documentação e proposta, bem como para início da abertura dos envelopes, e indicará, obrigatoriamente, o seguinte:

(...)

§2º. Constituem anexos do edital, dele fazendo parte integrante:

(...)

II - orçamento estimado em planilhas de quantitativos e preços unitários (sem grifos no original).

Outros artigos da mesma lei também tratam do assunto e referem-se ao julgamento das propostas. Vejamos:

Art. 43 - A licitação será processada e julgada com observância dos seguintes procedimentos:

(...)

IV - verificação da conformidade de cada proposta com os requisitos do edital e, conforme o caso, com os preços correntes no mercado ou fixados por órgão oficial competente, ou ainda com os constantes do sistema de registro de preços, os quais deverão ser devidamente registrados na ata de julgamento, promovendo-se a desclassificação das propostas desconformes ou incompatíveis;

Art. 44 - No julgamento das propostas, a Comissão levará em consideração os critérios objetivos definidos no edital ou convite, os quais não devem contrariar as normas e princípios estabelecidos por esta Lei.

(...)

§3º. Não se admitirá proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

Assim, conforme art. 43, inc. IV (subsidiariamente aplicável também ao Pregão), a Administração dispõe dos seguintes mecanismos:

- Pesquisas de mercado;
- Preços fixados por Órgão Oficial competente, quando for o caso (como o SINAPI, por exemplo, utilizado nas licitações de obras e serviços de engenharia);
- Preços registrados em Atas de Registro de Preços (ARPs), quando existentes.

Nessa linha, vejamos o seguinte entendimento do Tribunal de Contas da União (TCU):

1.7. Alertas:

1.7.1. à Receita Federal do Brasil – RFB, quanto às seguintes impropriedades constatadas, decorrentes do descumprimento do art. 6º, inciso IX, alínea “f”, do art. 7º, §2º, II, da Lei 8666/93 e do art. 44, §3º, e 48, II, da Lei 8666/93:

1.7.1.1. ausência de orçamento do objeto a ser contratado com base em uma “cesta de preços aceitáveis”, oriunda, por exemplo, de pesquisas junto a cotação específica com fornecedores, pesquisa em catálogos com fornecedores, pesquisa em bases de sistemas de compras, avaliação de contratos recentes ou vigentes, valores adjudicados em licitações de outros órgãos públicos, valores registrados em atas da SRP e analogia com compras/contratações realizadas por corporações privadas, expurgados os valores que, manifestamente não representem a realidade do mercado e, ainda, devidamente detalhado a ponto de expressar a composição de todos os seus custos unitários (cf. item 5.7, fl. 42 dos autos);

O Tribunal de Contas da União tem prestado esclarecimentos¹¹ significativos no campo das estimativas preliminares de preços, indicando, por exemplo, a necessidade de **refinamento das pesquisas**:

É recomendável que a pesquisa de preços para a elaboração do orçamento estimativo da licitação não se restrinja a cotações realizadas junto a potenciais fornecedores, adotando-se, ainda, outras fontes como parâmetro, como contratações similares realizadas por outros órgãos ou entidades públicas, mídias e sítios eletrônicos especializados, portais oficiais de referenciamento de custos.

É a lei que exige a demonstração da compatibilidade de preços com o de mercado (art. 24, inc. VIII, da Lei nº 8.666/93). A amplitude da pesquisa e a obtenção de orçamentos válidos são outros requisitos essenciais à eficiência e confiabilidade da consulta realizada junto ao mercado. Dentre vários canais de informação distintos, a Administração deve fazer uso do maior número de fontes de pesquisa possível, confeccionando e analisando os dados e registros mais seguros para a identificação dos preços e suas estimativas.

Esta observação geral de dados poderá se dar junto aos preços fixados por Órgão Oficial competente, preços registrados em Atas de Registro de Preços, preços contratados por outros Órgãos e Entidades administrativas (em contratos similares) e orçamentos enviados por e-mail/obtidos via internet,



dentre outras fontes de pesquisa possíveis.

Nesta direção, vejamos as seguintes considerações da Primeira Câmara do TCU para obter-se uma pesquisa de preços eficaz:

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inc. II e 43, inc. I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inc. XXVI; 17, inc. IV; 143, inc. III; 237, inc. VI, do Regimento Interno, em conhecer da presente representação, para, no mérito, considerá-la parcialmente procedente, acolher as razões de justificativas apresentadas e arquivar o processo, sem prejuízo da expedição dos alertas propostos, devendo ser dada ciência deste acórdão à Receita Federal do Brasil e aos responsáveis.

(...)

1.7.1. à Receita Federal do Brasil - RFB, quanto às seguintes impropriedades constatadas, decorrentes do descumprimento do art. 6º, inc. IX, alínea "f", do art. 7º, §2º, II, da Lei 8.666/93 e do art. 44, §3º, e 48, II, da Lei 8.666/93:

1.7.1.1. ausência de orçamento do objeto a ser contratado com base em uma "cesta de preços aceitáveis", oriunda, por exemplo, de pesquisas junto a cotação específica com fornecedores, pesquisa em catálogos com fornecedores, pesquisa em bases de sistemas de compras, avaliação de contratos recentes ou vigentes, valores adjudicados em licitações de outros órgãos públicos, valores registrados em atas da SRP e analogia com compras/contratações realizadas por corporações privadas, expurgados os valores que, manifestamente não representem a realidade do mercado e, ainda, devidamente detalhado a ponto de expressar a composição de todos os seus custos unitários (cf. item 5.7, fl. 42 dos autos). TCU. Acórdão 5.323/10. grifamos)

DOS REQUERIMENTOS

Ante o exposto, requer a Vossa Senhoria:

- 1 – O recebimento, julgamento e procedência da presente Impugnação, realizando as alterações necessárias no edital para adequá-lo a legislação e as normas vigentes, tomando-se por base a legalidade, isonomia, que deve nortear os atos da administração pública;
- 2 - A retificação do edital licitatório destinando o LOTE 02 para participação exclusiva ME/EPP;
- 3 – A inclusão de cláusula, para fins de Qualificação Técnica, ou então para fins de Assinatura da Ata de Registro de Preços, de ALVARÁ SANITÁRIO DO VEÍCULO utilizado para o transporte dos gêneros alimentícios, expedido pela Secretaria Municipal da Saúde, dentro de seu período de validade, conforme legislação vigente. Caso a empresa vencedora opte pela terceirização do serviço de entrega dos produtos, deverá ser apresentado o respectivo documento solicitado no item acima, da empresa terceirizada e respectivo documento firmando a terceirização da entrega.
- 4 – A correção dos valores de referência dispostos no Anexo I do edital, realizando a média de

preços para obtenção de um valor real de mercado e não a utilização apenas do menor preço cotado.

Nestes termos,

Aguarda e confia no Deferimento.

Novo Cabrais/RS, 12 de março de 2018.



GABRIEL MULLER FELIX EIRELI

Gabriel Muller Felix

CPF: 030.969.030-77

GABRIEL MULLER FELIX EIRELI
CNPJ 14.904.244/0001-83
Rodovia RSC 287, KM 158 + 800 Metros
Novo Cabrais - RS

Alteração de Ato Constitutivo de EIRELI

Da empresa: **GABRIEL MULLER FÉLIX EIRELI - EPP**
CNPJ: 14.904.244/0001-03
NIRE: 43600122854

Gabriel Müller Félix, brasileiro, solteiro, nascido em 21/11/1993, empresário, Carteira de Identidade nº 1101970646, SSP/RS, CPF nº 030.969.030-77, residente e domiciliado à Avenida 28 de Dezembro, nº 1025, Bairro Centro, CEP nº 96.545-000, em Novo Cabrais/RS, titular da empresa **GABRIEL MULLER FÉLIX EIRELI - EPP**, com sede à Rua Rodolfo Dressler, nº 1065, Bairro Centro, CEP nº 96.545-000, em Novo Cabrais/RS, inscrito na Junta Comercial do Rio Grande do Sul sob o NIRE 43600122854 em 09/01/2012 e última alteração sob nº 4126297 em 29/06/2015, e no CNPJ: 14.904.244/0001-03, resolve alterar o seu ato constitutivo, e no final consolidá-lo, como segue:

1ª) Que altera seu endereço de: Rua Rodolfo Dressler, nº 1065, Bairro Centro, CEP nº 96.545-00, na cidade de Novo Cabrais/RS, para: Rodovia RSC 287, KM 158 + 600 Metros, s/nº, Bairro Centro, CEP nº 96.545-000, na cidade de Novo Cabrais/RS.

2ª) O capital é aumentado de R\$ 78.800,00 (setenta e oito mil e oitocentos reais) para R\$ 93.700,00 (noventa e três mil e setecentos reais), sendo o aumento de R\$ 14.900,00 (quatorze mil e novecentos reais), ou seja, 14.900 (quatorze mil e novecentas) quotas, totalizando 93.700 (noventa e três mil e setecentas) quotas, integralizadas neste ato, em moeda corrente nacional.

Tendo em vista as deliberações tomadas no item acima, o capital subscrito e integralizado pelo titular é de R\$ 93.700,00 (noventa e três mil e setecentos reais), dividido em 93.700 (noventa e três mil e setecentas) quotas, no valor de R\$ 1,00 (um real) cada, assim distribuído:

Titular	Quotas	Capital Empresarial
Gabriel Müller Félix	93.700	R\$ 93.700,00

3ª) Que altera a Cláusula Terceira do Ato Constitutivo, do objeto, que passa a ter a seguinte redação:

CLÁUSULA TERCEIRA: O objeto é: Comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios - minimercados, mercearias e armazéns (4712-1/00), Comércio varejista especializado de equipamentos e suprimentos de informática (4751-2/01), Comércio varejista especializado de eletrodomésticos e equipamentos de áudio e vídeo (4753-9/00), Comércio atacadistas de produtos alimentícios em geral



(4639-7/01), Comércio atacadista de frutas, verduras, raízes, tubérculos, hortaliças e legumes frescos (4633-8/01), Comércio varejista de móveis (4754-7/01), Comércio varejista de calçados (4782-2/01), Comércio varejista de livros (4761-0/01), Comércio varejista de produtos saneantes domissanitários (4789-0/05), Comércio varejista de artigos de papeleria (4761-0/03), Comércio varejista de artigos esportivos (4753-6/02), Comércio atacadista de instrumentos e materiais de uso médico, cirúrgico, hospitalar e de laboratórios (4645-1/01), Comércio varejista especializado de peças e acessórios para aparelhos eletroeletrônicos para uso doméstico, exceto informática e comunicação (4757-1/00), Comércio varejista de cosméticos, produtos de perfumaria e de higiene pessoal (4772-5/00), Comércio varejista de tecidos (4755-5/01), Comércio varejista de brinquedos e artigos recreativos (4763-6/01), Fabricação de produtos de padaria e confeitaria com predominância de produção própria (1091-1/02) e Comércio varejista de artigos de armarinho (4755-5/02).

4ª) Resolve por fim, o titular mercê das alterações havidas nesta data, CONSOLIDAR o Ato Constitutivo, que passará a vigorar com a seguinte nova redação:

Consolidação de Ato Constitutivo de EIRELI

CLÁUSULA PRIMEIRA: A empresa girará sob a denominação de **GABRIEL MULLER FÉLIX EIRELI - EPP**, com sede à Rodovia RSC 287, KM 158 + 600 METROS, s/nº, Bairro Centro, CEP: 96.545-000, na cidade de Novo Cabrais/RS.

CLÁUSULA SEGUNDA: O capital é de R\$ 93.700,00 (noventa e três mil e setecentos reais) divididos em 93.700 (noventa e três mil e setecentas) quotas no valor de R\$ 1,00 (um real) cada uma, totalmente integralizado neste ato, em moeda corrente nacional e assim distribuído:

Titular	Nº de Quotas	Capital Empresarial
Gabriel Müller Félix	93.700	R\$ 93.700,00

CLÁUSULA TERCEIRA: O objeto é: Comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios - minimercados, mercearias e armazéns (4712-1/00), Comércio varejista especializado de equipamentos e suprimentos de informática (4751-2/01), Comércio varejista especializado de eletrodomésticos e equipamentos de áudio e vídeo (4753-9/00), Comércio atacadistas de produtos alimentícios em geral (4639-7/01), Comércio atacadista de frutas, verduras, raízes, tubérculos, hortaliças e legumes frescos (4633-8/01), Comércio varejista de móveis (4754-7/01), Comércio varejista de calçados (4782-2/01), Comércio varejista de livros (4761-0/01), Comércio varejista de produtos saneantes domissanitários (4789-0/05), Comércio varejista de artigos de papeleria (4761-0/03), Comércio varejista de artigos esportivos (4763-6/02), Comércio atacadista de instrumentos e materiais de uso médico, cirúrgico, hospitalar e de



laboratórios (4645-1/01), Comércio varejista especializado de peças e acessórios para aparelhos eletroeletrônicos para uso doméstico, exceto informática e comunicação (4757-1/00), Comércio varejista de cosméticos, produtos de perfumaria e de higiene pessoal (4772-5/00), Comércio varejista de tecidos (4755-5/01), Comércio varejista de brinquedos e artigos recreativos (4763-6/01), Fabricação de produtos de padaria e confeitaria com predominância de produção própria (1091-1/02) e Comércio varejista de artigos de armarinho (4755-5/02).

CLÁUSULA QUARTA: A empresa iniciou suas atividades em 30 de Novembro de 2011 (dois mil e onze) e tem prazo de duração indeterminado.

CLÁUSULA QUINTA: A administração da empresa será exercida por Gabriel Müller Félix, com poderes de administrar a Empresa, vedado, no entanto, o uso do nome empresarial em atividades estranhas ao interesse empresarial ou assumir obrigações seja em favor do quotista ou de terceiros, bem como onerar ou alienar bens imóveis da empresa.

CLÁUSULA SEXTA: O exercício coincidirá com o ano civil, sendo que em 31 de dezembro de cada ano será elaborado inventário, balanço patrimonial e balanço de resultado econômico, cabendo ao titular os lucros ou perdas apurados.

Parágrafo Único: Fica o titular autorizado a distribuir antecipadamente lucros do exercício, com base em levantamento de balanço intermediário, observada a reposição de lucros quando a distribuição afetar o capital, conforme estabelece o artigo 1.059 da Lei nº 10.406/2002.

CLÁUSULA SÉTIMA: Nos quatro meses seguintes ao término do exercício, o titular deliberará sobre as contas e designará administrador(es) se for o caso.

CLÁUSULA OITAVA: A EIRELI poderá a qualquer tempo abrir ou fechar filial ou outra dependência, mediante alteração do Ato Constitutivo, devidamente assinada pelo titular da empresa.

CLÁUSULA NONA: Falecendo o titular, a empresa continuará suas atividades com os herdeiros e/ou sucessores.

CLÁUSULA DÉCIMA: Pelo exercício da administração da empresa, o titular terá direito a uma retirada mensal a título de pró-labore, observadas as disposições regulamentares pertinentes.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: O titular declara que não possui nenhuma outra empresa dessa modalidade registrada.



(Handwritten signature)

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: Fica eleito o Foro da cidade de Cachoeira do Sul/RS, para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste ato constitutivo.

Cachoeira do Sul/RS, 08 de junho de 2017.

CERTIFICO O REGISTRO EM 14/06/2017 SOB Nº. 4461533
Protocolo: 17/117188-8, DE 12/06/2017
Empresa: 43 6 0012285 4
GABRIEL MULLER FELIX KNEBEL -
- EPP

CLEVERTON SIGNOR
SECRETÁRIO-GERAL



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DA PARAÍBA
CARTÓRIO AZEVEDO BASTOS
FUNDADO EM 1888
PRIMEIRO REGISTRO CIVIL DE NASCIMENTO E ÓBITOS E PRIVATIVO DE CASAMENTOS, INTERDIÇÕES E TUTELAS DA COMARCA DE
JOÃO PESSOA

Av. Epitácio Pessoa, 1145 Bairro dos Estados 58030-00, João Pessoa PB
Tel.: (83) 3244-5404 / Fax: (83) 3244-5484
<http://www.azevedobastos.not.br>
E-mail: cartorio@azevedobastos.not.br



DECLARAÇÃO DE SERVIÇO DE AUTENTICAÇÃO DIGITAL

O Bel. Válber Azevêdo de Miranda Cavalcanti, Oficial do Primeiro Registro Civil de Nascimentos e Óbitos e Privativo de Casamentos, Interdições e Tutelas com atribuição de autenticar e reconhecer firmas da Comarca de João Pessoa Capital do Estado da Paraíba, em virtude de Lei, etc...

DECLARA para os devidos fins de direito que, o documento em anexo identificado individualmente em cada Código de Autenticação Digital¹ ou na referida sequência, foi autenticados de acordo com as Legislações e normas vigentes².

DECLARO ainda que, para garantir transparência e segurança jurídica de todos os atos oriundos dos respectivos serviços de Notas e Registros do Estado da Paraíba, a Corregedoria Geral de Justiça editou o Provimento CGJPB Nº 003/2014, determinando a inserção de um código em todos os atos notoriais e registrais, assim, cada Selo Digital de Fiscalização Extrajudicial contém um código único (por exemplo: **Selo Digital: ABC12345-X1X2**) e dessa forma, cada autenticação processada pela nossa Serventia pode ser confirmada e verificada tantas vezes quanto for necessário através do site do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, endereço <http://corregedoria.tjpb.jus.br/selo-digital/>

A autenticação digital do documento faz prova de que, na data e hora em que ela foi realizada, a empresa **GABRIEL MULLER FELIX EIRELI EPP** tinha posse de um documento com as mesmas características que foram reproduzidas na cópia autenticada, sendo da empresa **GABRIEL MULLER FELIX EIRELI EPP** a responsabilidade, única e exclusiva, pela idoneidade do documento apresentado a este Cartório.

Esta DECLARAÇÃO foi emitida em **12/03/2018 18:41:34 (hora local)** através do sistema de autenticação digital do Cartório Azevêdo Bastos, de acordo com o Art. 1º, 10º e seus §§ 1º e 2º da MP 2200/2001, como também, o documento eletrônico autenticado contendo o Certificado Digital do titular do Cartório Azevêdo Bastos, poderá ser solicitado diretamente a empresa **GABRIEL MULLER FELIX EIRELI EPP** ou ao Cartório pelo endereço de e-mail autentica@azevedobastos.not.br

Para informações mais detalhadas deste ato, acesse o site <https://autdigital.azevedobastos.not.br> e informe o Código de Consulta desta Declaração.

Código de Consulta desta Declaração: 882180

A consulta desta Declaração estará disponível em nosso site até **08/01/2019 09:53:04 (hora local)**.

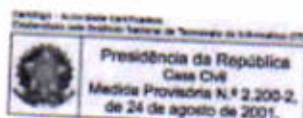
¹Código de Autenticação Digital: 65400801180950250359-1 a 65400801180950250359-4

²Legislações Vigentes: Lei Federal nº 8.935/94, Lei Federal nº 10.406/2002, Medida Provisória nº 2200/2001, Lei Federal nº 13.105/2015, Lei Estadual nº 8.721/2008, Lei Estadual nº 10.132/2013 e Provimento CGJ Nº 003/2014.

O referido é verdade, dou fé.

CHAVE DIGITAL

00005b1d734fd94f057f2d69fe6bc05b3a50d7e62a3867fc1fec4fce78e0ffb2108139c335e2a018b557270611729a69806a19775027cf2f84c129d410ce
1c8a399207c4c3cf9466dbf3e20ba1baecb9



Presidência da República
Casa Civil
Medida Provisória Nº 2.200-2,
de 24 de agosto de 2001.

